

Segregação residencial, condição social e raça em Salvador

Inaiá Maria Moreira de Carvalho
Vanda Sá Barreto

Resumo

Este trabalho discute as articulações entre segregação residencial, posição social e raça em Salvador, a terceira maior metrópole brasileira, onde os negros tem uma presença particularmente expressiva na população.

Para isto ele discute o caráter, a relevância e as diversas manifestações da segregação, abordando sua complexidade no caso brasileiro e suas características no tecido urbano de Salvador. Fundamentando-se empiricamente em dados censitários especializados, o texto constata que a raça não constitui uma categoria insignificante para a análise dos processos de segregação residencial urbana, embora não tenha um caráter auto-evidente e, no caso de Salvador, assuma uma dimensão moderada, acentuando-se nas áreas residenciais superiores mas se reduzindo bastante nas áreas populares, onde pobres e negros estão concentrados.

Palavras-chave: segregação residencial; raça; desigualdades sociais e raciais; regiões metropolitanas; Salvador.

Abstract

The paper discusses the articulation between residential segregation, social position and race in Salvador, Bahia, the third largest Brazilian metropolis, where Afro-descendants constitute a very significant population.

It discusses the character, relevance and the variety of types of segregation related to the Brazilian complexity and to the urban characteristics of Salvador. The study deals with census data. The findings indicate that race is a significant category of analysis regarding urban residential segregation, although it does not have a self-evident character in the case of Salvador. Indeed, it assumes a moderate form that is more intense in upgrading residential areas, but it is reduced in popular neighborhoods where blacks and whites are concentrated.

Keywords: residential segregation; race; racial and social inequalities; metropolitan areas; Salvador.

Introdução

Este trabalho se propõe a discutir as articulações entre segregação residencial, posição social e raça em Salvador, que constitui a terceira metrópole brasileira e onde os negros¹ têm uma presença particularmente expressiva, representando cerca de três quartos da população.

Espelhando as diferenças econômicas, raciais, sociais ou culturais no território urbano, a segregação constitui uma característica das cidades contemporâneas, sendo objeto de preocupações de urbanistas e cientistas sociais desde a primeira metade do século XX. De início, sua análise reportou-se à divisão entre brancos e negros nas cidades americanas, sancionada por normas legais até o movimento pelos direitos civis da década de 1950, estendendo-se, posteriormente, à segregação entre brancos e minorias étnico-raciais. Em países como a França, as discussões têm privilegiado a análise da segregação entre categorias socioocupacionais comandada pelo mercado e com uma maior conotação de classe, que foi acentuada com a concentração de população mais pobre em conjuntos habitacionais de interesse social nas periferias metropolitanas.

Com essa mesma conotação, nos países da América Latina, estudos recentes vêm reconstruindo os seus contornos nas áreas metropolitanas e discutindo como as transformações econômicas e sociais dos últimos anos têm agravado a sua intensidade e reversão. Além disso, a questão da segregação social assumiu nova visibilidade e destaque com a difusão do paradigma das cidades globais, que supostamente seriam marcadas por uma tendência à polarização social e es-

pacial (Sassen, 1991, Villaça, 1998, Shapira, 2000, Preteceille, 2004, Sabatini, Cáceres e Cerda, 2004, Ribeiro, 2004).

O consenso existente sobre a relevância do referido fenômeno, porém, não se estende à sua compreensão. Alguns autores entendem a segregação como uma separação forçada e legalmente estabelecida, associando-a a casos como os do gueto judeu, do gueto negro ou do *apartheid* da África do Sul ou até questionando a aplicabilidade desse conceito a realidades como a do Brasil (Vasconcelos, 2004, Marcuse, 2004). Enfatizando o caráter histórico e plural desse fenômeno, porém, a maioria dos estudiosos considera que a segregação pode ser analisada com base no grau de proximidade espacial ou de concentração territorial de famílias pertencentes a um mesmo grupo, seja este definido em termos étnico-raciais, socioeconômicos ou até religiosos, entre outros aspectos, com a concentração de determinados grupos em locais específicos das cidades e a constituição de grandes áreas relativamente homogêneas. E nesse sentido ela será abordada no presente trabalho.

No Brasil, estudos sobre esse tipo de área, como as favelas e as periferias, constituem uma parte expressiva da produção sobre a questão urbana. Contudo, o avanço do debate sobre a segregação vai se dar a partir da década de 1990, com os trabalhos efetuados por Villaça (1998) e Caldeira (2000), e com as pesquisas desenvolvidas, principalmente, pelo Observatório das Metrópoles e pelo Centro de Estudos da Metrópole sobre a configuração atual das áreas metropolitanas (Ribeiro, 2004; Marques e Torres, 2005).

Embora determinações étnicas e raciais não sejam desconhecidas por esses autores,²

na medida em que a segregação é atribuída, fundamentalmente, a condições socioeconômicas, os estudos mencionados pouco têm se debruçado sobre a influência do preconceito e da discriminação racial. Trabalhos sobre a articulação desses fenômenos com a segregação são bastante raros no Brasil, sendo que as primeiras análises sobre o tema foram realizadas por pesquisadores norte-americanos (Andrews, 1992 e Telles, 1993 e 2003).

Telles é o pesquisador que, de forma mais sistemática, vem realizando estudos sobre esse tema no Brasil, tendo como base para suas reflexões dados dos censos e pesquisas regulares do IBGE, a exemplo da PNAD.

Na sua obra mais recente, publicada no Brasil (2003), demonstra que a raça não se constitui em uma categoria insignificante para a análise da segregação urbana, criticando a idéia de que a segregação residencial no Brasil se deva apenas às diferenças de classe, mas reconhecendo que a dimensão racial não é auto-evidente nem tem o mesmo caráter dos Estados Unidos ou da África do Sul. Procurando mensurá-la em algumas metrópoles brasileiras, o autor recorre a dois índices utilizados em larga escala em estudos efetuados nos Estados Unidos, o Índice de Dissimilaridade e o Índice de Exposição,³ constatando a existência de uma segregação moderada, se comparada aos padrões americanos. Na ausência de incentivos oficiais sistemáticos à sua existência ou de indícios de que a segregação afete o mercado imobiliário,⁴ ela se deveria, além das diferenças de classe, ao racismo e a auto-segregação. Famílias negras escolheriam sua moradia considerando, também, a possibi-

lidade de serem discriminadas ou a preservação de vínculos culturais e religiosos com instituições como terreiros de candomblés.

Para Telles, entre os grupos e áreas residenciais de alta renda a segregação racial é mais acentuada, inclusive pela ausência de classes médias e de uma elite negra que possam disputar esses espaços. Já entre os pobres, premidos pelas condições de sobrevivência a viver em moradias autoconstruídas nas periferias ou em outros locais desfavoráveis, (escolhidos com base em critérios como o custo ou a existência de uma rede social de parentes e amigos com quem possam contar), ela é bem mais reduzida. Segundo o autor, isso contribuiria para a existência de níveis relativamente altos de interação, amizade, casamentos inter-raciais e miscigenação entre os pobres, assim como para uma mais reduzida identificação racial.

Recentemente, novos campos de estudo têm se constituído, não apenas visando descrever a desigual alocação dos indivíduos e famílias diferenciados por cor/raça, mas empreendendo esforços teóricos e metodológicos para explicar a sua lógica nos marcos das práticas racistas e discriminatórias da sociedade brasileira. Um desses campos fundamenta-se nos conceitos de territorialidade⁵ e pertencimento; tendo como origem os estudos sobre comunidades rurais (Carvalho, 2004), mais recentemente, têm migrado para a temática dos quilombos urbanos, considerados como

[...] em espaços das cidades definidos como "territórios negros", ou seja, locais onde se reconhece a presença contínua desses grupos em virtude de sua ocupação residencial. (Leite, 1990, apud Carvalho, 2004)

Desigualdades socioespaciais e segregação em Salvador

Salvador é uma referência urbana no Brasil, não só por sua dimensão econômica e populacional como pelos seus mais de 450 anos de história.

Fundada no início do período colonial, com funções político-administrativas e mercantis, ela sediou o governo-geral do Brasil até 1763. Mas, com a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro, o declínio da base agroexportadora local e, posteriormente, a constituição de um mercado unificado nacionalmente e a concentração industrial no Centro-Sul, a cidade foi afetada negativamente, experimentando um longo período de estagnação econômica e populacional. Essa estagnação só começou a ser superada na década de 1950, com a descoberta e a exploração do petróleo no Recôncavo baiano, quando se desencadeou um significativo processo de crescimento econômico, populacional e urbano em Salvador e nas franjas da cidade. Em fins da década de 1960 essa área recebeu alguns investimentos da Sudene e, dos anos 70 para 80, os esforços desenvolvimentistas do governo federal para completar a matriz industrial brasileira, com a produção de insumos básicos e bens intermediários, levaram à implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari e do Complexo do Cobre.

Esses e outros investimentos tiveram um impacto extraordinário sobre a velha capital baiana, convertendo a indústria no foco dinâmico da sua economia, estimulando o surgimento de novas atividades e a expansão ou modernização de outras. A estrutura social da cidade também mudou, com uma

ampliação e diversificação das classes médias e a emergência de um operariado industrial moderno, por exemplo. Contudo, essas transformações incidiram sobre um mercado de trabalho marcado por uma superoferta de mão-de-obra de baixa qualificação, reforçada pela atração de intensos fluxos migratórios para Salvador; pela vinculação de uma grande parcela da força de trabalho a ocupações precárias e de baixa remuneração e por uma oferta restrita de postos de qualidade, com salários mais elevados e possibilidades de ascensão profissional (Carvalho e Souza, 1980, Carvalho, Almeida e Azevedo, 2001).

Na medida em que o desenvolvimento da segunda metade do século passado não conseguiu reverter tal situação, a cidade persistiu marcada pelas precárias condições ocupacionais, pelo desemprego e pela pobreza da maioria da sua população. A reestruturação da economia brasileira efetuada na década de 1990 agravou esse quadro, ocasionando uma redução expressiva do emprego na indústria, uma interrupção da tendência à reestruturação do mercado de trabalho, uma restrição dos postos em todos os setores, um lento crescimento dos vínculos formalizados, com a proteção e os direitos que lhes são associados, e um aumento das ocupações precárias e do desemprego (Borges, 2004).

Conforme a PNAD, na região metropolitana, onde Salvador concentra 80% da população, os empregados representavam apenas 53,5% dos ocupados e a proporção daqueles com carteira assinada não ia além de 67,2% (IBGE, PNAD, 2005). A precariedade ocupacional e a vulnerabilidade social se expressavam, igualmente, por meio do peso dos ocupados por conta própria (23,2%) e

empregados domésticos (10,5%), de taxas de desemprego superiores às verificadas nas demais metrópoles nacionais, do nível de rendimento dos trabalhadores e da frequência de pobres na população. Conforme os dados do último Censo, 26,6% da população ocupada em Salvador tinha um rendimento médio mensal até um salário mínimo e 54,8% até dois salários mínimos em todos os trabalhos. 67% ganhavam até três salários e apenas 33% acima desse valor. E com uma renda média familiar mensal inferior a meio salário mínimo, em condição de pobreza, encontrava-se 30,7% da população (IBGE, Censo Demográfico, 2000).

Além disso, as mudanças assinaladas tiveram um impacto radical sobre o tecido da cidade, ampliando a sua segmentação. Incidindo sobre uma região urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade estagnada ao longo de décadas, a expansão e a modernização econômica exigiram a sua transformação. Esta se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana e uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia (Carvalho e Pereira, 2006).

Comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador privatizou as terras públicas e promoveu uma ampliação substancial do sistema viário, com a abertura das chamadas avenidas de vale, extirpando do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de moradias da população pobre, e também direcionou a expansão da cidade para a Orla Norte.

Essas intervenções, associadas à realização de investimentos complementares,

pesados e seletivos, centrados na infra-estrutura e no projeto industrial, interferiram decisivamente na conformação de um novo padrão de espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a Orla Marítima Norte, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário no litoral da Bahia de Todos os Santos. O primeiro constitui a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses de produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos de “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infra-estrutura e, mais recentemente, por altos índices de violência (Franco, Santos e Gabrielli, 1998; Gordilho Souza, 2000 e 2002).

Conformou-se, assim, uma metrópole bastante desigual, com ilhas de afluência em um mar de pobreza. Analisando a estrutura social de Salvador com a metodologia do

projeto Metr p les, Desigualdades Socioespaciais e Governança, encontra-se uma elite de alta renda, composta por grupos de grandes empresários, dirigentes do setor público e privado e profissionais aut nomos ou empregados de nível superior; pequenos empregadores e setores médios mais reduzidos que em outras metr p les brasileiras, um proletariado terciário expressivo e um proletariado secundário em que a participação dos empregados na indústria de transformação (moderno ou tradicional)   especialmente restrita. Mas a marca básica de Salvador é a dimensão do subproletariado e um nível de desemprego superior a todas as demais metr p les brasileiras, que atinge especialmente os negros, majoritários na sua população.

Com a mesma metodologia, Carvalho e Pereira (2006) observam a distribuição dessas categorias ocupacionais na malha urbana utilizando as áreas de Expansão Domiciliar – AEDS, definidas pelo IBGE para o Censo de 2000. Essas áreas obedecem a um tamanho mínimo de domicílios e população, respeitam limites administrativos, agregam setores limítrofes e são orientadas por critérios de homogeneidade social.

Levando em conta como as diversas categorias ocupacionais encontravam-se representadas nas diversas áreas, foi elaborada uma tipologia que as classifica como superior, média-superior, média, popular, popular inferior, popular operário agrícola e popular agrícola. As áreas de tipo superior e médio superior constituem o reduto privilegiado de grandes empresários, dirigentes e “intelectuais”. Nas classificadas como médias, pequenos empregadores e “intelectuais” coexistem principalmente com técnicos, supervisores, trabalhadores de es-

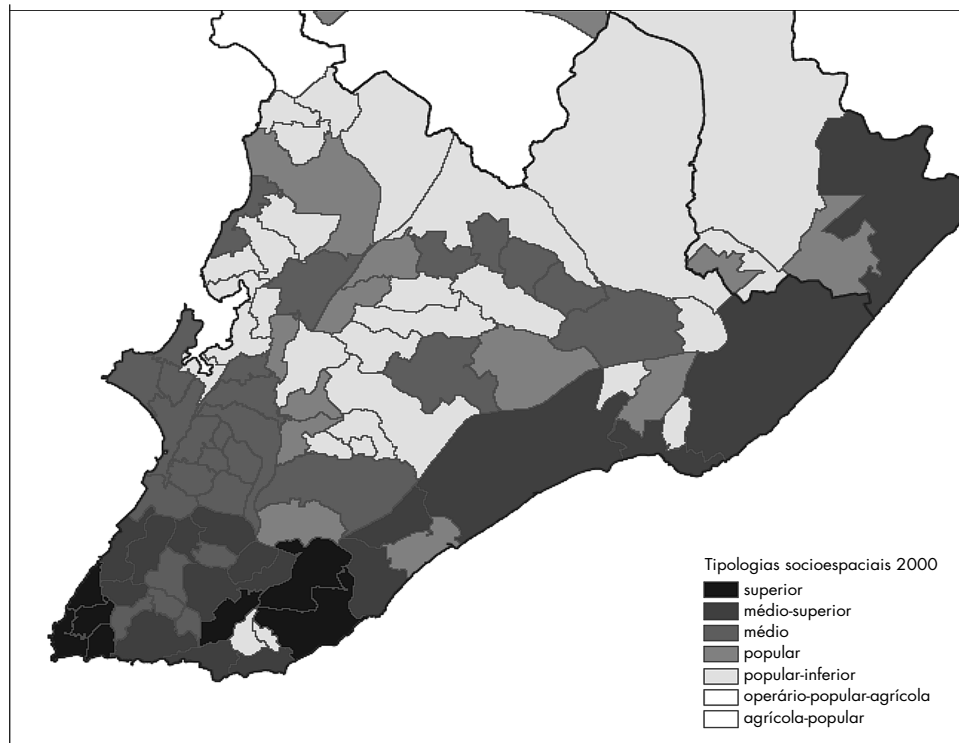
critério e empregados da educação, saúde e segurança pública. Nas áreas populares se concentram esses últimos contingentes, ao lado de ocupados na construção civil, empregados domésticos e outros. As de tipo popular inferior abrigam sobretudo aqueles que estão na base da pirâmide social, como prestadores de serviços diversos, domésticos, ambulantes e biscateiros.

O que define a tipologia de uma área é a super-representação de uma categoria ocupacional naquela área, em relação a sua média na RMS. Assim, uma  rea Superior, por exemplo, não   território exclusivo da elite, que pode compartilhar esse espaço com setores médios ou até com trabalhadores de sobrevivência em alguns interstícios, como ocorre em outras cidades. A topografia acidentada de Salvador também contribuiu para isso, uma vez que, historicamente, as camadas altas e médias tendiam a edificar suas moradias nas cumeadas, enquanto os pobres ocupavam ilegalmente as escarpas e os fundos dos seus numerosos e (então) inacessíveis vales. O crescimento e a modernização da cidade levou à erradicação de várias concentrações residenciais de baixa renda nessas áreas, mas ainda permaneceram alguns dos seus resquícios.

O Mapa I apresenta essa divisão e os padrões de apropriação do espaço urbano encontrados em Salvador.

O mapa deixa patente a ocupação da Orla Atlântica de Salvador pelos grandes empregadores, dirigentes e “intelectuais”, em uma mancha praticamente contínua, limitada a oeste pela Avenida Paralela, eixo viário importante que faz a ligação de Salvador com o vetor de expansão do Litoral Norte e se configura como a fronteira dessa “cidade” com as áreas populares, ressaltando-se a ruptura

Mapa 1 – Tipologia socioespacial
Salvador – 2000



desse contínuo pelo Nordeste de Amaralina, bairro popular com alta densidade demográfica, o que também ocorre com o bairro da Boca do Rio, um pouco mais ao norte. Nesses espaços superiores, encontram-se os equipamentos públicos e privados mais importantes, modernos centros de comércio e de serviços, redes de infra-estrutura – energia, esgoto, água, telefonia, coleta de lixo, sistema viário – as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda e alguns trechos com baixa densidade demográfica.

Enquanto os grupos dos grandes empregadores, dirigentes e trabalhadores intelectuais se distribuem na Orla Atlântica

de Salvador, em manchas quase contínuas, destacando-se as falhas representadas pelo Nordeste de Amaralina, Boca do Rio e parcela de Itapuã, os grupos de menor renda estão concentrados na Salvador que as elites deixaram para trás.

Já os setores médios ocupam principalmente o centro tradicional e as áreas mais antigas da cidade, áreas sem dinamismo, com alta densidade demográfica, mas com infra-estrutura. As áreas populares são as que abrigam a população que não tem possibilidade de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional e vai se alojar tipicamente em parcelamentos

clandestinos e habitações precariamente autoconstruídas. Como já foi mencionado, as áreas populares predominam em Salvador, na região que hoje se chama de Miolo (que é o trecho entre a BA-324 e a avenida Paralela, onde estão bairros como Tancredo Neves e Cajazeiras) e em parte da orla da Baía de Todos os Santos, no chamado Subúrbio Ferroviário, em São Caetano, Valéria e Liberdade, dividindo o espaço com áreas que concentram trabalhadores de subsistência em Salvador e nas suas franjas. Como em outras metrópoles brasileiras, esses trabalhadores também são encontrados ao longo da Orla Atlântica, no Nordeste de Amaralina e Boca do Rio, bairros populares de alta densidade demográfica que resultaram de antigas invasões de terra, em sítios desfavoráveis e em outros pequenos espaços.

Dessa forma, como se pode observar pela Tabela 1, das 88 áreas nas quais o IBGE dividiu Salvador, apenas 7 delas se enquadram como de tipo superior, por abrigar majoritariamente pessoas ocupadas nas profissões/ocupações de comando, de direção superior de empresas privadas, públicas ou

da estrutura do Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses espaços, que correspondem aos bairros da Pituba, Itagira/Caminho das Árvores/Iguatemi, Barra, Barra Avenida, Campo Grande/Canela e Horto Florestal, são parte da Orla Atlântica, espaços nobres de moradia criados nesses 20 anos e abrigam apenas 6,3% da população de Salvador. O maior contingente da população, porém, reside em bairros considerados do ponto de vista socioocupacional como populares (43%), seguido dos médios (36,9%)

A dimensão racial da segregação espacial em Salvador

Considerando que Salvador é a maior cidade de população negra fora do continente africano, vindo logo após Lagos, na Nigéria (Castro e Barreto, 1998), cabe investigar o quanto sua estrutura espacial está informada pela condição racial e quanto essa dimensão contribui para a segregação residencial.

Tabela 1 – Distribuição da população, por tipologia socioespacial Salvador – 2000

Tipologia socioespacial	AEDs		População	
	nº	%	nº	%
Superior	7	7,95	154.134	6,31
Média superior	15	17,05	337.062	13,80
Média	28	31,82	902.007	36,92
Popular	10	11,36	307.040	12,57
Popular inferior	27	30,68	685.829	28,07
Popular-operário-agrícola	1	1,14	57.035	2,33
Total	88	100,00	2.443.107	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Como a posição na estrutura social e a apropriação do espaço urbano são estreitamente articuladas, o território metropolitano termina por também assumir as feições dadas pelas características de raça/cor de sua população. A área central de Salvador (onde ficam bairros como Barris, Graça e Canela) e a faixa da Orla Atlântica onde se concentram as oportunidades de trabalho, a maior parte dos equipamentos urbanos e os espaços classificados como superiores e como médio superiores constituem as áreas residenciais privilegiadas da parcela branca da população. Esta está especialmente sobre-representada nos espaços superiores da Barra e da Pituba/Costa Azul. Já o Miolo e o Subúrbio, que apresentam condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos, concentrando as áreas classificadas como populares e populares-inferiores. abrigam predominantemente os pretos e os pardos. Eles se concentram, especialmente, em bairros como a Liberdade (no qual o surgimento do Ilê Ayê, nos anos 70, desencadeou o resgate de valores ancestrais negros entre seus moradores), São Caetano, Tancredo Neves, Pau da Lima, Cajazeiras. Na Orla Atlântica eles vão aparecer no Nordeste de Amaralina (área ao lado da Pituba e próxima ao Rio Vermelho), na Boca do Rio e no Bairro da Paz, uma invasão relativamente recente, que foi iniciada nos anos 80 e se consolidou como bairro nos anos 90 e o Calabar, próximo ao bairro da Barra. Algumas desses bairros são áreas negras que se constituem em espaços de resistência da população ao intenso processo de especulação urbana que transformou (e continua a transformar) a geografia social e racial da cidade a partir dos anos 70, como visto anteriormente, levando

a maioria da população pobre, majoritariamente negra, para espaços longínquos, com poucos equipamentos sociais, infra-estrutura, serviços e, principalmente, distantes do mercado de trabalho. O caso do Calabar, sua resistência, é emblemático na luta por moradia em Salvador.

Além disso, os dados do Censo deixam evidente que as articulações entre raça/cor e ocupação também se refletem nos padrões de apropriação do espaço urbano, como seria de esperar, contribuindo para a segregação racial. Informações relativas à composição racial dos diferentes tipos de áreas encontradas em Salvador mostram como os brancos se concentram nas áreas de tipo superior e médio superior, enquanto os negros predominam, principalmente, nas de caráter popular e popular inferior, conforme a Tabela 2 e os Mapas 2, 3 e 4.

Complementando esses dados com a distribuição dos grupos raciais por área, vale ressaltar que a maior parte dos brancos reside em áreas do tipo superior (17,7%) e média-superior (23,9%); em áreas médias estão 30,33 e uma menor parcela em áreas de cunho popular (9,9) ou popular inferior (16,7). Não mais que 3,1% e 11,1% dos pardos residem nas áreas privilegiadas da cidade; 38,8% se concentram nas áreas do tipo médio, 12,8% nas de tipo popular e 16,7% nas de tipo popular inferior. Nesses dois últimos espaços estão as moradias de, respectivamente, 14,5% e 32% (ou seja, quase metade) dos pretos. Um número expressivo deles encontra-se em áreas médias e apenas 9,6% e 2,0% nas áreas de caráter médio superior e superior.

Além disso, contrapondo-se os extremos da tipologia antes mencionada, ou seja, espaços superiores como o Campo

Tabela 2 – Composição racial das áreas
Salvador – 2000

Tipologia socioespacial	Branco	Pardos	Pretos	Outros/ND	Total
Superior	64,8	27,5	6,5	1,21	100,00
Média superior	40,0	44,3	14,3	1,39	100,00
Média	18,9	57,7	21,7	1,64	100,00
Popular	18,3	56,2	23,6	1,89	100,00
Popular inferior	13,7	60,9	23,3	2,09	100,00
Popular-operário-agrícola	12,6	64,8	20,2	2,33	100,00
Total global	23,0	54,8	20,4	1,75	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Grande/Canela, Itaigara/Caminho das Árvores/Iguatemi, Pituba, Chame Chame/Jardim Apipema/Morro do Gato e Horto Florestal, àqueles de tipo popular e popular inferior, como Valéria, Cajazeiras, São Caetano, Liberdade, Plataforma, Coutos, Nordeste de Amaralina, Bairro da Paz ou Pernambués, a dimensão racial do padrão de segregação característico de Salvador transparece com ainda maior nitidez. Embora os brancos constituam apenas 23% da população total da capital baiana, nos bairros mais nobres eles representam mais da metade dos moradores, chegando a 67,17% no Itaigara/Caminho das Árvores/

Iguatemi e a 68,57% no Campo Grande/Canela, conforme os dados apresentados na Tabela 3.

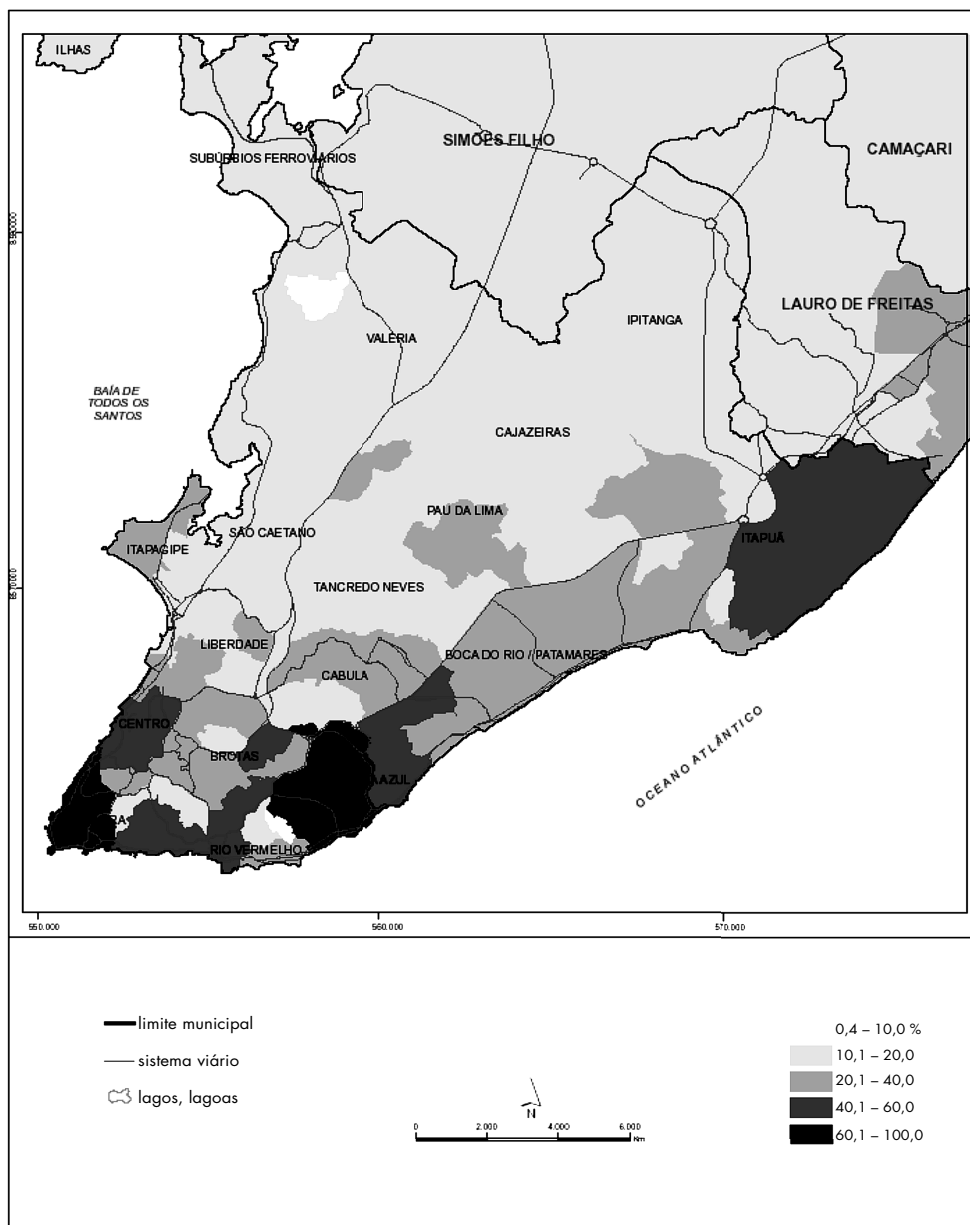
No conjunto dessas áreas há 34% de negros, mas eles, em particular, não chegam a 7%, tendo a menor presença na Graça, cerca de 4%. A destacar a relativamente elevada presença de pretos no Itaigara (quase 15%). Porém, nem todos os moradores ocupam as posições sociais que levaram à classificação dessas áreas como de tipo superior. Confirmando que tais espaços não são exclusivos das elites, só 19,5% dos negros que aí residem estão no grupo de dirigentes ou de “intelectuais”, paralelamente

Tabela 3 – Composição racial das áreas do tipo superior
Salvador – 2000

Áreas	Branco %	Pretos %	Pardos %	Total %
Campo Grande / Canela	68,57	7,00	22,91	98,48
Itaigara / Caminho das Árvores / Iguatemi	67,17	5,57	26,34	99,08
Pituba	65,77	5,05	28,30	99,11
Chame Chame / Jd. Apipema / Morro do Gato	63,86	7,02	26,94	97,81
Horto Florestal	44,85	14,95	38,74	98,54

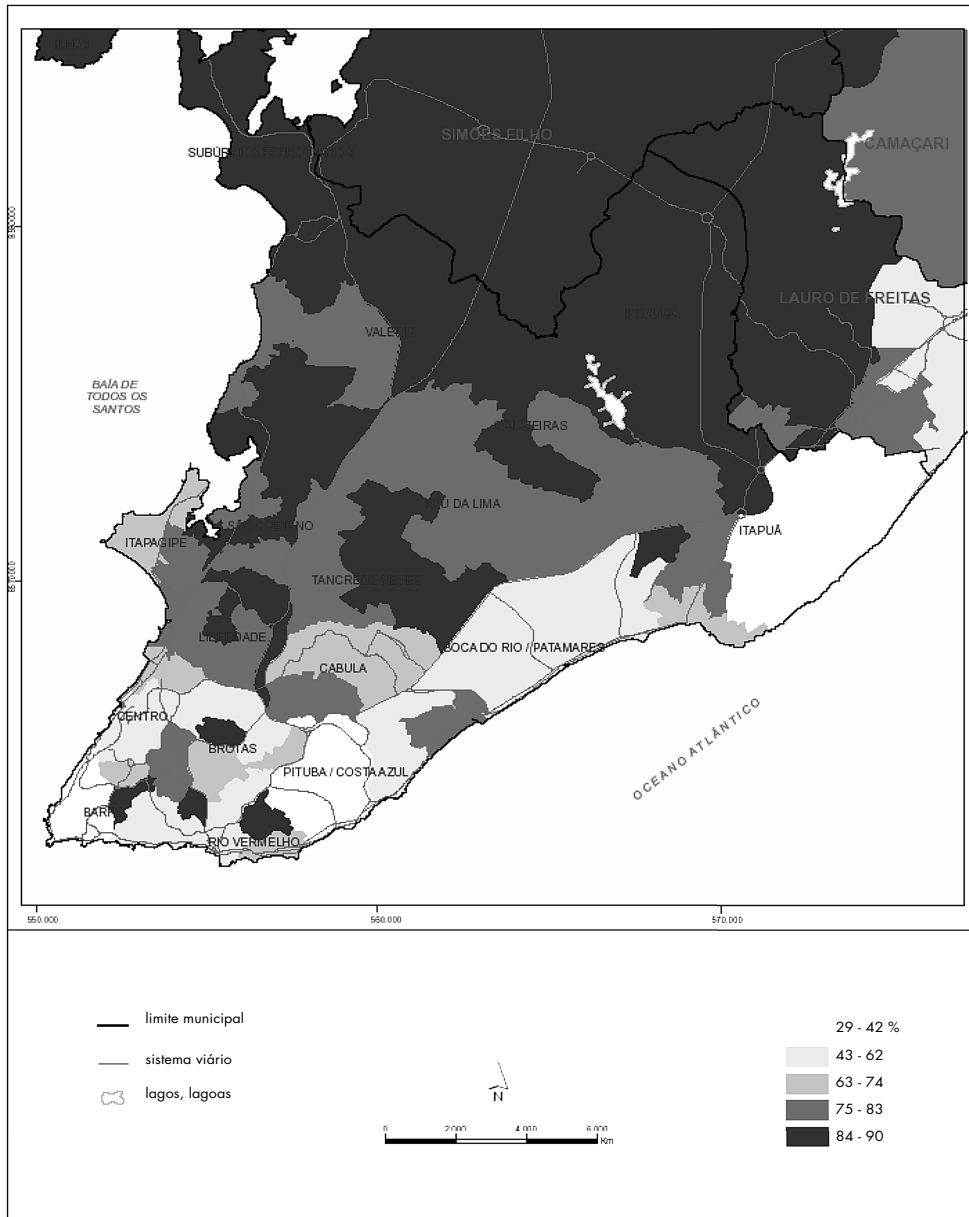
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Mapa 2 – Concentração residencial dos brancos
Salvador – 2000



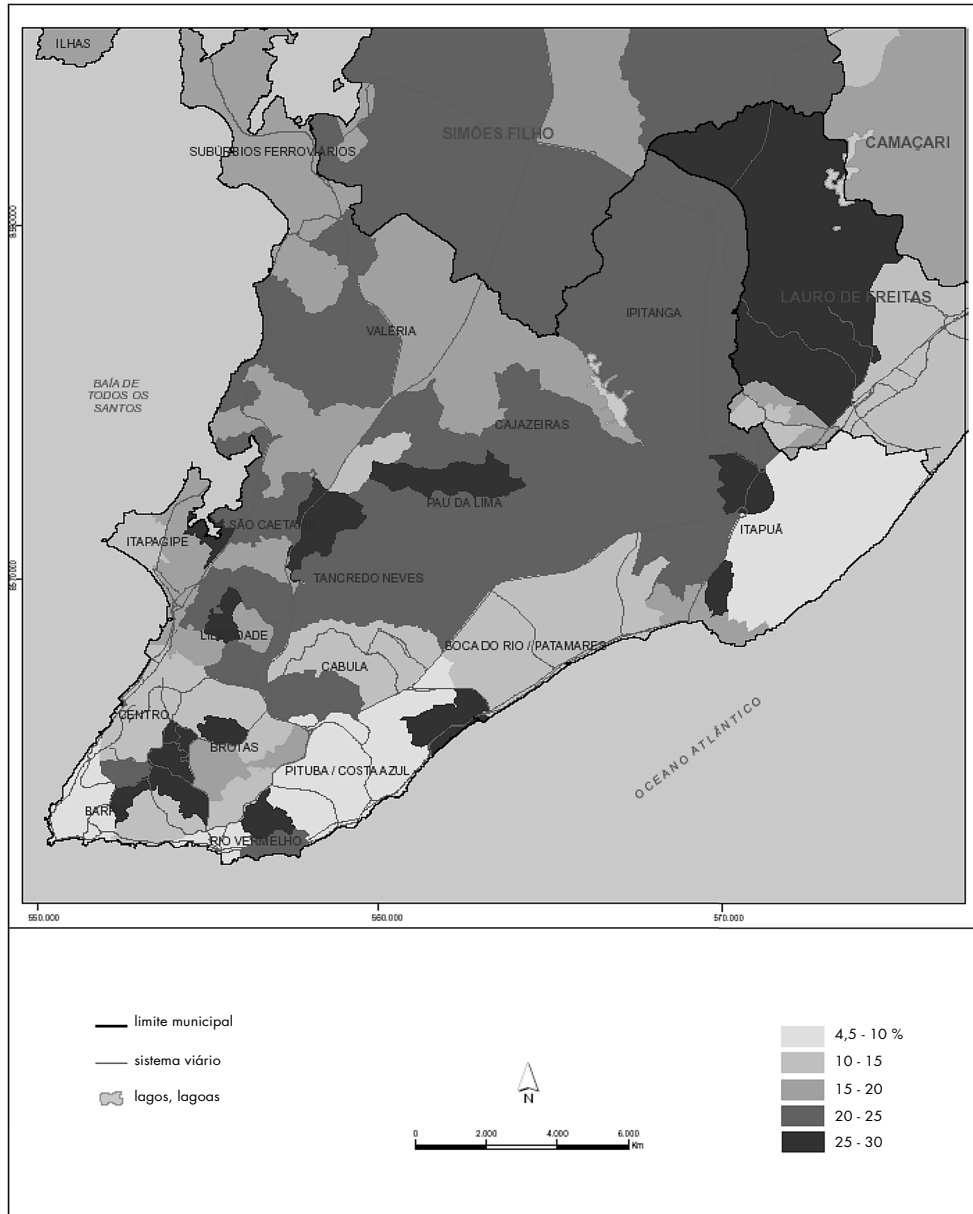
Fonte: IBGE, Censo 2000

Mapa 3 – Concentração residencial dos pardos
Salvador – 2000



Fonte: IBGE, Censo 2000.

Mapa 4 – Concentração residencial dos pretos
Salvador – 2000



a 35,2% dos moradores brancos e 23,5% dos pardos. Mesmo em áreas em apreço os negros aparecem, sobretudo, como pequenos empregadores, domésticos, ambulantes e outros trabalhadores de sobrevivência, o que pode ser explicado tanto pela elevada presença de negros como empregados domésticos ou ocupados como ambulantes e biscateiros quanto pela existência de pequenos espaços de resistência da população negra e pobre, a exemplo do Calabar, vizinho ao Jardim Apipema.

Conforme foi assinalado, as áreas de tipo popular e popular inferior têm uma composição racial bastante diversa. Enquanto a presença de brancos se restringe, amplia-se a participação dos pretos e pardos.

A partir da Tabela 4, observa-se que

- com exceção de alguns bairros mais antigos e centrais, como o Engenho Velho da Federação, Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Calabar/Alto das Pombas e Liberdade, os negros estão concentrados no miolo (em bairros como Coutos, Cajazeiras, Sussuarana, Fazenda Grande ou Tancredo Neves, entre outros) ou no subúrbio ferroviário (Plataforma, Praia Grande, Periperi, Lobato, Paripe, Itacaranha, etc.), muitas vezes em sítios acidentados e desfavoráveis,⁶ geralmente com reduzida disponibilidade de infra-estrutura, de equipamentos e serviços básicos, como escolas, postos de saúde, agências bancárias ou áreas de lazer;

- os espaços centrais negros remontam aos séculos XVIII e XIX, sendo originados muitas vezes de quilombos ou de terreiros de candomblés, e hoje começam a ser pensados como quilombos urbanos, caso do Alto das Pombas/Calabar, Engenho Ve-

lho da Federação, Nordeste de Amaralina e Liberdade/Curuzu;

- o acúmulo de carências, a difusão territorializada do tráfico de drogas e a ausência de políticas públicas para enfrentar esses problemas tem levado alguns desses espaços a serem afetados por uma extrema violência, na qual a população negra e, principalmente, a sua juventude, torna-se vítima e agente, como ocorre em algumas áreas do subúrbio, da Boca do Rio, Nordeste de Amaralina ou Alto de Santa Cruz.

A dimensão racial da segregação espacial da cidade de Salvador pode ser melhor visualizada mediante a aplicação do já citado Índice de Dissimilaridade, em Salvador da ordem de 0,30155, o que, dentro da escala adotada e comparado com padrões de outras cidades multirraciais, pode ser considerado um valor moderado. Pela natureza do índice, tanto áreas majoritariamente negras quanto majoritariamente brancas contribuem para a dimensão da disseminação. Contudo, no caso de Salvador, a maior contribuição ao padrão de disseminação racial está dada por 7 AEDs/bairros, majoritariamente brancos e com população majoritariamente de nível superior, que aportam 24,6% à constituição do indicador. Mais precisamente, quase um terço do valor desse Índice advém do não acesso dos negros a essa parte da cidade.

Como áreas que podem ser caracterizadas como espaços brancos, sem dúvida, essas são as áreas mais desiguais do ponto de vista racial, sendo a Pituba a menos permeável à presença dos negros, com uma contribuição ao índice de dissimilaridade da ordem de 7,9%, seguida pelo

Tabela 4 – Composição racial das áreas do tipo popular e popular inferior
Salvador – 2000

Tipos e relação das áreas	Branços %	Pardos %	Pretos %	Total * %
Popular				
Boca do Rio	21,6	50,9	26,1	98,6
Castelo Branco	20,5	61,6	16,5	98,6
Castelo Branco / Cajazeiras VI	15,3	60,5	22,3	98,1
Granja Reunida	20,2	54,1	23,6	97,9
Marechal Rondon	14,5	58,7	24,8	98,0
Mata Escura / Jardim Pampulha	18,2	54,9	25,0	98,0
Mirante de Periperi	16,8	56,4	23,8	97,0
Nova Conquista	21,7	55,2	21,6	98,5
Pernambúes	17,7	57,3	23,3	98,3
São Gonçalo do Retiro / Cabula I	16,8	56,7	24,8	98,4
Popular Inferior				
Águas claras / Cajazeiras	11,9	68,2	18,0	98,1
Alagados	11,7	59,2	28,1	99,0
Alto de Santa Terezinha	11,6	68,7	18,3	98,7
Bairro da Paz	11,7	65,4	22,3	98,5
Boa Vista do Lobato	14,4	62,8	21,1	98,2
Cajazeiras	14,4	62,6	21,6	98,6
Cajazeiras IV / VI	15,9	58,8	23,8	98,5
Canabrava	15,9	55,0	25,7	96,5
Centro Administrativo da Bahia	14,8	59,8	22,9	97,5
Coutos	12,4	65,2	20,4	98,0
Engomadeira / Cabula IV	17,4	57,1	24,2	98,7
Fazenda Coutos	12,9	62,1	22,5	97,5
Jardim das Margaridas	15,4	58,4	24,4	98,1
Mata Escura / Calabetão	15,0	55,0	26,4	96,4
Nordeste	8,8	58,5	30,7	97,9
Nova Brasília	17,3	53,8	27,1	98,2
Pau da Lima	14,4	62,6	21,9	98,9
Península do Joanes	15,4	61,0	20,9	97,3
Periperi	10,3	63,6	20,8	94,8
Plataforma	14,2	65,7	17,9	97,9
Praia Grande	11,3	65,5	20,4	97,2
Santa Cruz	12,9	56,7	28,6	98,2
São Cristovão	14,0	57,5	27,2	98,7
São João	11,7	63,8	21,6	97,1
Tancredo Neves	14,1	60,1	24,4	98,6
Arenoso	14,1	57,9	24,2	96,1
Valéria	12,0	68,6	17,5	98,1

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000.

* Abstraídos ou outros e não declarados

Itaigara/Caminho das Árvores/Iguatemi com 4,3% e da Graça com 3,8%, entre as mais expressivas.

No outro extremo, onde se encontram os menores índices de dissimilaridade – ou seja, aqueles bairros que apresentam presença de brancos e negros compatíveis com o seu peso e representatividade no conjunto da população –, os dados revelam o quanto é baixa a contribuição das áreas do tipo popular e popular inferior, com as 37 AEDS/bairros aportando 29,9% ao índice, contra 24,6% aportado pelas 7 superiores.

Como já foi assinalado, nem todos os negros encontrados nas áreas do tipo superior ou média superior desempenham as ocupações de alta renda e prestígio típicas da maioria de residentes nessas áreas. Além disso, mesmo aqueles que lograram romper a barreira da cor não desfrutam das mesmas condições de vida dos moradores brancos; uma análise da variância⁷ dos rendimentos das pessoas por raça permite constatar que brancos, pardos e pretos nas zonas “nobres” de Salvador apresentam médias de rendimento mensal bastante diversas e decrescentes: R\$2.009,43, R\$1.160,78 e R\$618,48, respectivamente, resultados esses estatisticamente significativos.

Essa desigualdade fica ainda mais evidente quando se trata do contingente de grandes empregadores, dirigentes e “intelectuais”, onde a média de rendimentos de todos os trabalhos soma R\$5.211,96 entre os brancos, R\$4.703,94 entre os pardos e R\$2.185,23 entre os pretos. Nesse universo, a média de rendimento dos pardos representa 90% da que se refere aos brancos, mas a média de rendimentos dos pretos não vai além de 41% daquele valor. No conjunto

de residentes nas áreas superiores esses valores alcançavam, respectivamente, 30,5% e 57,8%. Além disso, as desigualdades socioeconômicas existentes entre brancos e negros, e sua expressão territorializada também transparece através do Índice de Desenvolvimento Humanos – IDH constatado em nível intramunicipal em Salvador, uma vez que

Em 2000, a Unidade de Desenvolvimento Humano – UDH com IDH – Índice de Desenvolvimento Humano mais alto em Salvador – Ba, supera a Noruega, cujo IGH é o maior entre os países, segundo o Relatório da ONU. Por outro lado, nas UDHs com os índices mais baixos, estes se aproximam do da Bolívia. Tal disparidade é maior que a verificada entre os municípios da Bahia. (Conder, 2006)

E é exatamente entre as áreas/bairros com maior presença de brancos e que aportam maior contribuição ao padrão de desigualdade racial que se encontram os maiores valores da UDH: Itaigara logra o valor elevado de 0,971,⁸ superior ao da Noruega; Pituba e Caminho das Árvores (responsáveis pelas maiores contribuições ao Índice de Dissimilaridade) têm valores muito próximos e assim sucedem-se todos os bairros com baixa presença da população negra.

No outro extremo encontramos os indicadores mais baixos, similares aos padrões de países com maiores graus de pobreza do mundo. E são eles bairros negros, com participação, em todos eles, superior a 85% de negros, corroborando o quadro detectado pela análise do Índice de Dissimilaridade.

Tabela 5 – Índice de dissimilaridade. Contribuição de diferentes áreas Salvador – 2000

Bairros	Descrição	% Contrib.	% Acum.	% Brancos na AED	% Pardos na AED	% Pretos na AED	% Brancos na AED/ Brancos Total	% Pardos na AED/ Pardos Total	% Pretos na AED/ Pretos Total
Pituba	Superior	7,94	7,94	7,94	7,94	7,94	7,94	7,94	7,94
Itaigara Caminho das Árvores Iguatemi	Superior	4,32	4,32	4,32	4,32	4,32	4,32	4,32	4,32
Graça	Superior	3,81	3,81	3,81	3,81	3,81	3,81	3,81	3,81
Stiep Costa Azul	Médio superior	3,19	3,19	3,19	3,19	3,19	3,19	3,19	3,19
Barra	Superior	2,67	2,67	2,67	2,67	2,67	2,67	2,67	2,67
Campo Grande Canela	Superior	2,46	2,46	2,46	2,46	2,46	2,46	2,46	2,46
Imbúí	Médio superior	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30
Fazenda Grande	Média	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30
Paripe Ilha de Maré Ilha dos Frades	Popular-Operário-Agrícola	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25
Barra Avenida	Superior	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000.

Tabela 6 – Média de rendimentos em todos os trabalhos dos moradores das áreas superiores, por raça/cor Salvador – 2000

Distribuição por cor	N	Média – R\$
Brancos	109.362	2.009,43
Pardos	87.262	1.160,78
Pretos	29.568	618,48

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

10 Maiores – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Todas as UDHS da Região Metropolitana de Salvador

UDH	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Itaigara	0,971
Caminho das Árvores/Pituba-Rodoviária, Lot Aquarius	0,968
Brotas-Santiago de Compostela	0,968
Caminho das Árvores-Iguatemi	0,968
Pituba-Av. Paulo VI, Pq. Nossa Senhora da Luz	0,965
Pituba	0,956
Amaralina-Ubaranas	0,956
Canela/Graça/Vitória	0,956
Campo Grande/Garcia-Politeama	0,956
Barra/Barra Avenida	0,949

Fonte: Conder, Atlas do Desenvolvimento Humano na RM Salvador

10 Menores – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Todas as UDHS da Região Metropolitana de Salvador

UDH	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Coutos-Fazenda Coutos, Felicidade	0,659
Bairro da Paz/Itapuã-Parque de Exposições	0,664
Coutos/Periperi-Nova Constituinte	0,668
Paripe- São Tomé Paripe, Tubarão	0,673
Ilhas Maré, Frades-Bom Jesus dos Passos, Paramana	0,673

Fonte: Conder, Atlas do Desenvolvimento Humano na RM Salvador

Algumas considerações Finais

Fica comprovado, portanto, que a raça não constitui uma categoria insignificante para a análise dos processos de segregação residencial urbana, ainda que não seja uma categoria auto-evidente e, no caso de Salvador, apresente uma segregação racial moderada, acentuada nas áreas superiores, mas bastante reduzida nas áreas populares, onde os pobres e os negros estão concentrados.

Para concluir, vale ressaltar que a segregação residencial contribui significativamente para a reprodução das desigualdades raciais, na medida em que a concentração dos grupos mais pobres (majoritariamente negros) em grandes áreas homogêneas aumenta a gravidade dos seus problemas, com uma superposição de carências, uma deterioração das condições de vida e um estímulo a sentimentos de exclusão e desesperança, acentuando a desintegração social (Shapira, 2000; Sabatini, Cáceres e Cerda, 2004; Kaztman, 2001; Marques e Torres, 2005; Ribeiro, 2004).

É verdade que nos últimos anos a disponibilidade de infra-estrutura e serviços ampliou-se nas periferias, como evidenciam dados do IBGE. Contudo, persistem problemas de transporte (com o crescimento do custo e do tempo de deslocamento), carência ou distância de creches, escolas ou postos de saúde e a precária qualidade desses serviços. Os moradores dessas áreas têm que percorrer grandes distâncias para encontrar algo distante da sua vizinhança carente, como oportunidades de trabalho (concentradas em áreas mais centrais e

afluentes), moradia de outros grupos sociais e equipamentos de maior nível, o que muitas vezes é dificultado ou até inviabilizado pelo seu nível de renda.

Além disso, como a rede de relações sociais constitui um fator decisivo para ter acesso ao mercado de trabalho,⁹ quem mora em um lugar onde só tem gente precariamente ocupada ou desempregada termina tendo restritas as suas oportunidades ocupacionais. Alguns estudos têm constatado que uma alta concentração de pobres, destituídos de capital cultural e social, afeta o desempenho escolar, reduzindo a possibilidade de conclusão do segundo grau, que hoje tornou-se um patamar educacional mínimo para a obtenção de um emprego formal. O atraso e a evasão escolares, o desemprego, a gravidez precoce e a “desfiliação” dos jovens são igualmente estimulados pelo processo em discussão. Não é por acaso que a proporção de jovens que não estudam nem trabalham chega a 20,2% no Nordeste de Amaralina, 25,5 em Cajazeiras VIII, 25,6% em Sussuarana, 26,1% em Cajazeiras/Boca da Mata, 27,6% no Bairro da Paz, 28,7% em Plataforma e 29,5% na Fazenda Coutos, espaços que integram as áreas de cunho popular inferior de Salvador, conforme dados do Censo Demográfico 2000. Associados, muitas vezes, com o tráfico e o consumo de drogas, que se consolidam de forma territorializada em determinadas “comunidades”, esses fenômenos têm contribuído para o crescimento da violência e das ameaças à integridade física e à própria vida dos residentes nessas áreas, com um elevado número de assassinatos de jovens, predominantemente pobres, negros e moradores das periferias.



Dessa forma, as análises produzidas no âmbito deste texto, demonstram a magnitude de uma das formas assumidas pelas relações

raciais em Salvador, expressa na apropriação dos espaços urbanos tendo como marcadores também a raça/cor de sua população.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (Bahia, Brasil). Bolsista do CNPq.
inaiammc@ufba.br

Vanda Sá Barreto

Socióloga, Especialista em Políticas Públicas para a População Negra.
vandasa@yahoo.com.br

Notas

- (1) Reúne as categorias estatísticas de pretos e pardos, utilizadas pelo IBGE.
- (2) Villaça, por exemplo, reporta-se à concentração de orientais e de judeus nos bairros da Liberdade e Higienópolis, respectivamente, em São Paulo, e a distribuição racial da população nas áreas metropolitanas está sendo mapeada pelo Observatório das Metrôpoles.
- (3) O Índice de Dissimilaridade aplicado à análise espacial mede o equilíbrio na distribuição racial, ou seja, a extensão em que os grupos sociais se distribuem diferencialmente nos espaços, identificando o percentual de pessoas de cada grupo que teria que se deslocar para que a distribuição por raça fosse igualitária. Seu valor vai de zero (equilíbrio) até cem (indicador de uma segregação completa). Já o Índice de Exposição, que também varia de zero a cem, identifica o grau de exposição ou de isolamento existente entre brancos e negros em cada área sendo, portanto, influenciado pelo peso dos diferentes grupos raciais na população. Segundo o autor, apenas o segundo indicador é afetado pela composição racial, ou seja, pela maior presença de população negra, caso de Salvador. Razão pela qual não está sendo utilizado nessas reflexões.
- (4) Segundo o autor, dadas as especificidades do racismo brasileiro, os brancos não fariam maior objeção à proximidade residencial de pardos e negros, embora possam evitar relações mais próximas e intensas com eles.
- (5) Um estudo referencial é o de Rolnik (1989), sobre São Paulo e Rio de Janeiro.





- (6) Cajazeiras por exemplo, começou a ser ocupada por conjuntos habitacionais de “classe média baixa”, implantados nas suas cumeadas na fase áurea do BNH, sendo a maior parte da área considerada como “não edificável” por sua elevada declividade. Ainda assim o bairro se expandiu com a ocupação dessas escarpas por um grande número de pessoas pobres e negras.
- (7) Essa técnica visa indicar se as diferenças de médias encontradas entre os grupos analisados são significantes.
- (8) O IDH varia entre 0 a 1. Entre 0 a 0,49 é considerado Baixo Desenvolvimento Humano.
- (9) Estudo recente promovido pela Unesco sobre a juventude brasileira constatou que o principal meio utilizado para encontrar trabalho é o recurso a amigos e conhecidos, notadamente entre os jovens mais pobres (52,8%), pardos (49,2%) e negros (55,3%) (Abramovay e Castro, 2006).

Referências

- ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. G. (coord.). (2006). *Juventude, juventudes. O que une e o que separa*. Brasília, Unesco.
- ANDREWS, G. R. (1992). Desigualdade Racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 22, set.
- BORGES, A. M. C. (2004). *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 90*. Tese apresentada ao curso de Doutorado em Ciências Sociais. Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- BRANDÃO, M. D. de A. (1981). “O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador”. In: VALLADARES, L. do P. (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CALDEIRA, T. P. do R. (2000). *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- CARVALHO, I. M. M. de e PEREIRA, G. (coord.). (2006). *Como Anda Salvador*. Salvador, Edufba.
- CARVALHO, I. M. M. de e SOUZA, G. A. A. de. (1980). “A produção não capitalista no desenvolvimento capitalista de Salvador”. In: SOUZA, G. A. A. de e FARIA, V. (orgs.). *Bahia de todos os pobres*. São Paulo, Cebrap.
- CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. e AZEVÊDO, J. S. G. (2001). Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social; Rev. Sociol.*, v. 13, n. 2, pp. 89-114.
- CARVALHO, A. P. C. de. (2004). *Emergência de Etnicidade: dos Territórios Negros aos "Quilombos Urbanos"*. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/oq/pop_ensaio5.htm
- CASTRO, N. A. e BARRETO, V. S. (1998). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo, Annablume/A Cor da Bahia.





- CONDER-Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (2006). *Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador*. Conder, PNUD, Fundação João Pinheiro.
- FRANCO, A.; SANTOS, E. e GABRIELLI, L. (1998). Salvador dos novos horizontes. *Força de trabalho e emprego*. Salvador, v. 5 (maio/ago), n. 2, pp. 21-29.
- GORDILHO SOUZA, A. (2000). *Limites do habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador, Edufba.
- _____. (2002). "As cidades na cidade - Aventuras do capital e do trabalho na produção do espaço de Salvador". In: *Quem Faz Salvador*. Pró-Reitoria de Extensão da UFBA.
- IBGE (2000). Censo demográfico.
- KAZTMAN, R. (2001). Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista da CEPAL* (s.l.), n. 75, dez.
- LEITE, I. B. (1990). Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões. *Terras e territórios de negros no Brasil. Textos e debates*. n. 2. NUER. SC.
- MARCUSE, P. (2004). Enclaves sim; guetos não: a segregação e o Estado. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 24 (jan/jun), n. 45, pp. 24-33.
- MARQUES, E. e TORRES, A. (org.). (2005). *São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora Senac/São Paulo.
- PRETECEILLE, E. (2003). A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, n. 36, pp. 27-48.
- _____. (2004). A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 24 (jan/jun), n. 45, pp. 11-23.
- RIBEIRO, L. C. Q. (2004). "Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito". In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Perseu Abramo, Fase/Observatório das Metrôpoles.
- _____. (org.) (2004). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Perseu Abramo, Fase/Observatório das Metrôpoles.
- ROLNIK, R. (1989). Territórios negros nas cidades brasileiras (Etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17.
- SABATINE, F.; CÁCERES, G. e CERDA, J. (2004). Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 24 (jan/jun), n. 45, pp. 64-74.
- SASSEN, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey, Princeton, University Press.
- SHAPIRA, M. F. P. (2000). Segregação, fragmentação, sucessão: a nova geografia social de Buenos Aires. *Novos Estudos Cebrap*, n. 56, março, pp. 169-183.
- TELLES, E.E. (1993). Cor da pele e segregação residencial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 24
- _____. (2003). *Racismo à Brasileira. Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Re-lume Dumará/Fundação Ford.





VASCONCELOS, P. de A. (2004). A aplicação do conceito de segregação residencial do contexto brasileiro na longa duração. *Cidades*, v. 1, n. 2, pp. 259-274.

VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel.

Recebido em ago/2007

Aprovado em out/2007

